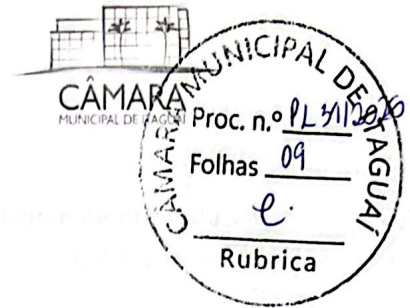




Projeto de Lei nº 31/2026

PARECER JURÍDICO

1 - DA SÍNTESE DO PROJETO DE LEI

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre o exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que **"Institui do Programa Especial de Regularização Fiscal e dá Outras Providências"** proposto pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Interino Haroldo Rodrigues Jesus Neto.

O Exmo. Sr. Prefeito Interino destaca que o objetivo central do Projeto de Lei é instituir no Município de Itaguaí o Programa Especial de Regularização Fiscal – REFIS –, que se propõe a alcançar múltiplos propósitos, todos alinhados ao interesse público e à gestão eficiente das finanças municipais.

Menciona ainda que, entre os propósitos do programa, está o aumento da arrecadação, mediante concessão de benefícios fiscais que incentivam a regularização de débitos.

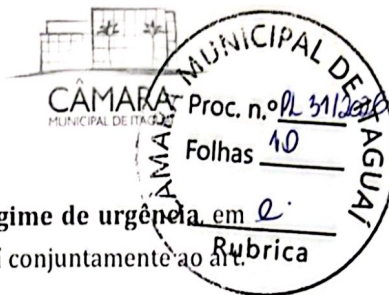
Outro aspecto apontado na justificativa é a recuperação de créditos tributários considerados de difícil recuperação, fortalecendo a saúde financeira do Município.

Enfatiza também a redução da dívida ativa, proporcionada pela adesão dos contribuintes ao programa, o que contribui para a melhoria da gestão orçamentária.

A proposta igualmente se alicerça no princípio da justiça fiscal, uma vez que permite a regularização de débitos por parte de todos os contribuintes, sem distinções econômicas.

Cabe destacar ainda o papel do REGFIS no incentivo à economia local, ao oferecer condições que beneficiam especialmente os pequenos negócios e microempreendedores.

Por fim, o Exmo. Sr. Prefeito Interino ressalta que o programa visa, de forma ampla, consolidar os créditos tributários municipais e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local.



Diante disso, requereu seja a tramitação e votação em **regime de urgência** em 2 conformidade com o art. 79 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí conjuntamente ao art. 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sem interferir na questão de mérito propriamente dita, de competência plenária.

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO PARECER

O projeto de lei proposto, sob a ótica jurídica, é constitucional.

É importantíssimo destacar que analisando sob a ótica do art. 22, da Constituição Federal que trata da competência privativa da União Federal, não está aquela que é objeto do presente projeto de lei, que trata de orçamento municipal.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 24, é competência concorrente entre União, Estados e Município legislar sobre direito tributário. Então vejamos:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".

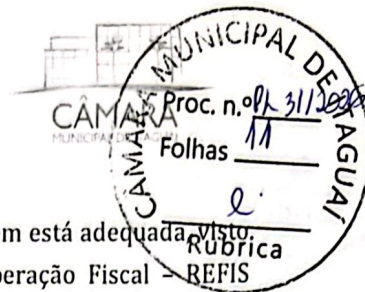
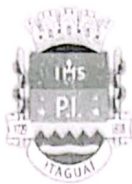
Sendo assim, pelo fato de ser competência comum para legislar entre demais entes Federativos sobre a matéria específica que, no caso é a Instituição de Programa Especial de Regularização Fiscal.

Analisando o disposto no art. 30, da Constituição Federal, abaixo transcrito, também é competência do Legislativo Municipal legislar sobre matéria de trânsito que seja complementar às Leis Federais e Estaduais, eis que possui interesse local. Vejamos:

"Art. 30. Compete aos Municípios:"

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;"



A iniciativa para o processo legislativo, por sua vez, também está adequada visto que o Projeto de Lei nº 31/2026 propõe o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, tratando eminentemente de política tributária municipal, matéria para a qual é reconhecida a iniciativa concorrente, nos termos do artigo 61 da CFRB/88.

Os projetos de leis, sejam da iniciativa privada, reservada ou vinculada da Mesa, do Prefeito, ou mesmos os de iniciativa concorrente dos Vereadores, apresentados à Câmara Municipal, submetem-se aos trâmites do processo legislativo e do Regimento Interno, quais sejam: Discussão, Votação, Sanção e Veto.

Na fase de Discussão, estes Projetos podem receber emendas destinadas a suprimir, substituir, aditar ou modificar o texto, seja formal ou substancialmente, podendo serem apresentadas por qualquer Vereador, pela Mesa Diretora ou pelo Prefeito, nos Projetos que sejam de iniciativa deste.

A Carta Magna Brasileira, em seu art. 2º, reflete a já consagrada teoria da Separação dos Poderes, criada pelo Barão de Montesquieu (em sua obra mais conhecida “O espírito das Leis” de 1748).

No mecanismo de Montesquieu, cada órgão desempenha uma função ímpar e, concomitantemente, a atividade de cada uma caracteriza uma forma de limitação da atividade do outro. É justamente o sistema de independência entre os órgãos dos poderes e o inter-relacionamento de suas atividades, chamado pela doutrina americana de “sistema de freios e contrapesos”.

Na seara municipal esta independência e harmonia dos Poderes está ratificada pelo relacionamento intrínseco dos Poderes Executivo e Legislativo, seja na propositura de leis pelo Executivo através de atos próprios, seja na fiscalização destes atos pelo Legislativo.

O Exmo. Sr. Prefeito fez uso de sua atribuição, prevista no art. 75 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, ao propor Lei que trata de interesse local.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não havendo o vício de iniciativa ou de legalidade, ante a legitimidade do Poder Executivo em propor leis, além do cumprimento dos requisitos para tramitação em regime de urgência, opinamos pela legalidade e constitucionalidade da



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



propositura do contemporâneo Projeto de Lei para que seu mérito seja discutido em plenário.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 06 de março de 2026.


Ana Carolina dos Santos
Subprocuradora de Projetos
OAB/RJ 233.397 – Matr. 35.749


Carlos André Franco M. Viana
Procurador-Geral da Câmara
OAB/RJ 166.542 – Matr. 35.286

Câmara Municipal de Itaguaí

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ